

Cezar Saldanha Sousa Júnior — Prosseguindo, sendo Estado e governo a mesma pessoa, são dispensados os partidos. O presidencialismo foi inventado no século XVIII quando não havia partidos e só votavam os ricos. Não havia ideologias e muito menos partidos que as representassem. A rigor, não havia nem mesmo governo. O parlamentarismo é fruto de uma evolução do presidencialismo, à medida que foram surgindo partidos políticos. No presidencialismo, se ninguém é contra o governo, ninguém é contra o Estado, por serem a mesma pessoa. O parlamentarismo é uma exigência do Estado intervencionista, da existência de governo ideológico e, portanto, de partidos ideológicos. Nesse contexto, há partidos que são contra o governo. Se este também é Estado, quem se situa contra o governo passa a ser subversivo. Nos Estados Unidos, o presidencialismo funciona porque o povo e a sociedade são anteriores ao poder. Um homem de partido que assume o Estado não tem o poder supremo porque a sociedade veio primeiro, é forte, pode controlar o homem de partido que assumiu o Estado. No Brasil, onde a sociedade não tem voz ativa, o homem de partido, de grupo, que assume o Estado faz e desfaz. O sucesso do Império no Brasil deveu-se ao poder moderador, que neutralizava a chefia de Estado, de forma que um político de partido nunca chegou a ser comandante das Forças Armadas, nunca chegou a ser o dono do poder. Em segundo lugar, no Brasil, por falta de partidos ideologicamente definidos, ninguém era contra o governo. No máximo conta homens: Ademar, Jânio, Getúlio... Os partidos corriam atrás dos homens. E, ninguém sendo contra o governo, ninguém era contra o regime. Aqui o drama da América Latina, o drama do Brasil: até 64, o regime presidencialista vinha sobrevivendo por não haver ideologização; quando ela se tornou patente, o regime explodiu. Por isso, vejo o processo parlamentarista como a única formulação possível no Brasil atual. Só ele impedirá o patrimonialismo, a identificação do Estado com a posse do poder, tipo clássico na política da comunidade luso-brasileira. Somente durante o Império não foi assim. Mas a República Velha reatou a tradição patrimonialista. Daí o presidencialismo ter-se encastelado de tal forma em nossas mentes, a despeito da vivência histórica. O exemplo é claro no paternalismo getulista, em que o chefe de Estado era dono do poder e do País. Mais ainda: o que torna inviável o presidencialismo é o fato de os partidos contrários ao governo estarem também, automaticamente, contra o Estado. Alega-se que no Brasil não poderíamos ter parlamentarismo por não termos partidos políticos fortes. Acontece que eles não podem ser fortes porque o presidencialismo é essencialmente um dissolvador de partidos. Nele, o essencial é acumular a chefia do Estado com a do governo, todo o poder. Consequentemente, os debates giram sempre em torno de homens. Não foi por acaso que a volta dos cassados antecedeu as eleições diretas dos governadores. A eleição direta teve um objetivo: dividir a oposição, pois, na luta pelo Executivo, as oposições se dividiriam em torno de personalismos no âmbito dos Estados. É dessa forma que o presidencialismo dissolve os partidos. Se tivéssemos que aguardar a criação de partidos sólidos para instituir o parlamentarismo, jamais o teremos. Roberto Campos diz que o parlamentarismo demandaria uma administração neutra e não-partidária. Mas uma administração apatridária só é possível num regime parlamentar, uma vez que no presidencialismo o chefe supremo da burocracia, o chefe de Estado, é um homem de partido político... E, tratando de partidos, eu diria também que o presidencialismo funciona nos Estados Unidos pelo fato de os partidos americanos não serem ideológicos. São máquinas de eleger presidentes. Como se explica isso? Uma das explicações é a de que lá o capitalismo funciona bem. O operário não vota em socialistas, pois está muito bem no capitalismo. Não sente necessidade de mudar a ordem. No Brasil, na época do presidente Médici, do boom econômico, da inexistência de crises, do "Pra Frente Brasil", não se registrava necessidade de criticar o governo. E, não se criticando o governo, não se criticava o regime. Não se colocava o problema do parlamentarismo... Em época de crise não é assim, como mostrava Weber. O parlamentarismo é fundamental por permitir a administração da luta ideológica. Ele permite ser contra o governo sem que se seja contra o Estado, cria mecanismos de consenso. Vejamos o caso da Espanha atual, por exemplo. O socialismo é considerado pouco para o gosto socialista daqui — mas isso se deve aos mecanismos de moderação do próprio regime parlamentarista. Estabelece-se o consenso, no Rio Grande do Sul, por exemplo, PDT e PMDB, que têm a mesma origem, lutam encarnicadamente entre si. A razão dessa luta não é ideológica. É a liderança, Pedro Simon de um lado, Leonel Brizola do outro.

“O grande problema é fazer com que as leis sejam obedecidas.”

Finalmente, para encerrar, parece que no Brasil o presidencialismo tem a seu favor uma idéia herdada da França, de que a democracia é o governo do “povo”, e que a sociedade seria constituída de um “povo”, com uniformidade de interesses e objetivos. Assim, bastaria encontrar uma pessoa que representasse esse povo, para que se tivesse democracia. Resultado: getulismo, brizolismo, enfim a busca de um “salvador”... Mas a verdadeira democracia não foi inventada pelos franceses, mas pelos ingleses, baseada em *people*, que é plural e significa povos, como se dizia no Brasil no tempo do Império. Não há “povo”, no singular. A democracia implica reconhecimento de que a sociedade se divide em grupos, cada qual com seus interesses válidos. O fundamental, portanto, não seria eleger um presidente de forma direta, mas criar mecanismos adequados de representação desses grupos em parlamentos representativos. Assim os interesses divergentes poderão ser conciliados, no quadro de uma sociedade realmente pluralista. O parlamentarismo parte do princípio de que democracia não é representação “do povo”, mas arbitramento de interesses diversos e legítimos. Parlamentarismo não é um sistema, mas o novo nome a ser dado a um regime realmente democrático e pluralista, capaz de neutralizar partidaricamente o centro crucial de poder estatal e superar a mentalidade patrimonialista que, confundindo Estado e Governo, faz do titular o dono do poder.

JT — E mais, como vê a idéia de democracia?

Cezar Saldanha Sousa Junior — Pluralista, competitiva...

JT — ... um instrumento teórico da ditadura?

Cezar Saldanha Sousa Júnior — Acaba sendo. Rousseau sustentava que, para a democracia ser possível, todos deveriam ter acesso à propriedade, deveria haver uma grande dose de igualdade social. Só assim todos teriam o mesmo interesse, a mesma ideologia, capaz de produzir a “vontade geral”. A democracia prática, porém, foi inventada pelos ingleses, no quadro de uma sociedade de classes. Por incrível que pareça, ela é um reconhecimento da desigualdade de classes e de riquezas, tornando viável o conflito nessa sociedade.

JT — Diria que a democracia direta está mais próxima da ditadura?

Cezar Saldanha Sousa Júnior — A que leva a idéia da democracia da “vontade geral”, aplicada a uma sociedade dividida em classes? Se há uma “vontade geral”, não faltará quem se entitule dono dessa verdade, sejam revolucionários, grupos militares, uma Escola Superior de Guerra, um Brizola, um Getúlio. Alguém dirá que é o povo, a vontade geral. Será o dono do Estado e imporá sua vontade de cima para baixo. De 91 anos para cá, esta tem sido a História do Brasil.

Hamilton Dias de Souza — A Constituição em vigor evidentemente não derivou do povo. Mas esse não me parece um problema insuperável. Não sinto que o problema brasileiro seja de reforma constitucional e que o problema econômico brasileiro dependa de uma nova formulação política decorrente de uma Assembleia Constitucional nacional. Para mim, a crise é de respeito à lei e não a crise da lei. Creio que o grande problema que deveria ser discutido é como fazer que as leis que existem sejam efetivamente obedecidas. A Constituição que aí está pode ser contestada, mas tem muito a ser aproveitada. Ela não é má. Sua origem — a Constituição de 67 — em meu entender é muito boa. Comporta reformas, como a tributária, com uma distribuição de competência mais equânime entre a União, Estados e Municípios, para que se ponha fim ao centralismo excessivo a que a emenda número 1 de 69 nos conduziu. Mas não vejo o problema econômico vinculado a esse problema de Constituição. O problema é de respeito à Constituição. As leis aí estão. E é sob esse prisma que gostaria de analisar o “pacote”. Trata-se de um instrumento jurídico, um conjunto de normas. Temos de considerar sua legitimidade, para estabelecer até que ponto são de observância obrigatória, se estão de acordo com a legalidade as medidas que foram tomadas, como o expurgo, desindefação ou qualquer outro nome que se lhes dê. Fundamentalmente, o que temos são os Decretos-Lei de nºs 2.027 e 2.031, criando mecanismos tributários em face de situação tida por emergencial. Com elas se procura arrecadar de 500 a 800 bilhões de cruzeiros. O objetivo, pois, é arrecadatório, evitando furo de caixa e garantindo receita. Seria legítimo e permitido pela Constituição obter receita dessa forma? A mim parece que não. Estou convencido disso e é um dever do cidadão reagir quando o Estado faz imposições indevidas em relação à Constituição. Não se trata de desrespeitar os decretos, ou a “competência decretiva do Executivo”, como diz o Ives. Qualquer antecipação ou imposto de Renda na fonte deve obrigatoriamente obedecer ao princípio e terioridade, só podendo ser cobrado no exercício seguinte. A Secretaria da Receita Federal alega que se trata de caução e não de tributo. Nem empréstimo compulsório é, pois para isso deveria ser enquadrado em regras excepcionais. É imposto mesmo, apenas com promessa de restituição. O imposto de Renda na fonte nada mais é que o imposto de Renda que será devolvido no ano seguinte, em dinheiro ou sob a forma de compensação. Assim, os decretos-lei que compunham o último pacote são, exceção feita ao 2.029, que trata de matéria estranha, inaplicáveis no decorrer do exercício. E não se trata de subordinação do Judiciário ao Executivo, como se alega. A falha, como tenho verificado nos tribunais superiores, são dos contribuintes, das empresas, que se submetem a ilegalidades para barganhar com o governo. Em termos de Nação, constitui um absurdo o fato de grande conglomerados terem barganhado com o governo para não discutir o Finsocial.

“A crise é a falta de respeito pela Constituição.”

JT — Nesse caso, se depender da independência do Judiciário, a ação dos mutuários do BNH tem possibilidades de êxito?

Hamilton Dias de Souza — Não tenho a menor dúvida. Nada mais errado que supor que ele seja um Poder atrelado ao Executivo. Quando foi julgado o IOF, o Ministério da Fazenda enviou longo telex ao relator do Tribunal de Recursos, lembrando que mais de uma centena de bilhões de cruzeiros pendia de uma decisão e solicitando sua especial consideração. O relator não somente votou pela inconstitucionalidade do IOF no exercício de 80 como, antes de terminar seu voto, leu o telex confidencial para o Tribunal e para toda a imprensa, dizendo que ele representava uma intromissão absolutamente inadmissível no Judiciário. Isso ilustra bem a independência do Poder. Insisto em que os interessados devem reagir a medidas indevidas. Caso contrário, como na política internacional, cairá uma pedra de domínio após a outra, como se verifica com a intervenção na Hungria, na Checoslováquia, no Afeganistão... A cada ano, nesta época, há uma nova imposição tributária. Os juristas entendem que são inconstitucionais e indevidas. O empresário, normalmente, não reage. Se reagisse, levaria o governo a tomar mais um pouco de cuidado. Nem me refiro ao Estado, estou falando de governo, pois nossa legislação é feita normalmente por intermédio do poder do Executivo de editar

Decretos-lei, como o nº 2.028 que alterou as tabelas de incidência do Imposto de Renda na fonte. Em todos esses casos fala-se uma coisa e constata-se realidade completamente diferente, o que acentua nossa crise de confiança... Depois dos sérios reveses sofridos pelo governo com o IOF de 80 e o Finsocial de 82, há um certo despudor em soltar novo pacote com os mesmos vícios, mais evidentes ainda. Esse despudor reflete a falta de reação dos contribuintes. Para o governo vale a pena, pois a grande maioria paga sem discutir, especialmente as instituições financeiras que são dependentes do governo.

Ives Gandra — O Hamilton colocou a questão com grande propriedade: criou-se um imposto de Renda sem fato gerador, como prevê o Código Tributário Nacional. É como se alguém tivesse gerado sem ter nascido. Criou-se um imposto de Renda sem fato gerador, com o maior despudor.

Edvaldo Brito — Tudo isso comprova que nosso problema é institucional. Só discordo do Hamilton quando ele diz que a Constituição que aí está resolveria nossos problemas econômicos e de pacotes...

Hamilton Dias — Pelo contrário. Eu critico a Constituição.

Ives Gandra — Nem ele é respeitada. Hamilton Dias — Exatamente. Creio que a crise é a falta de respeito até mesmo pela Constituição que aí está.

Edvaldo Brito — Prefiro dizer que o Estado brasileiro é pessimamente estruturado em seu intervencionismo. Como tutor do indivíduo, o Estado exerce essa tutela por apenas um dos três Poderes. A hipertrofia do poder exercido pelo Executivo chega ao ponto de ele agir também judicial e legislativamente, pela via de um único órgão, um único homem, que é o ministro do Planejamento. É juiz, legislador e executivo. Ao regressar de viagem ele diz: negociei isto, fiz isso, fiz aquilo. O que se verifica? A diversificação das fontes legislativas e a hipertrofia legislativa, com uma abundância de normas que nem o jurista controla. Há portarias que ninguém consegue interpretar. O risco dessa diversificação é representado pelos pacotes. Quem tiver dúvida a respeito, que considere as decisões telefônicas do Conselho Monetário Nacional. Quem discute a validade normativa, a nível legal, dessas resoluções? Ninguém! E no entanto elas têm mais poder que o Congresso Nacional. Este deveria alterar o artigo 55 da Constituição.

JT — 55? O que é? Decreto-lei? Edvaldo Brito — Decreto-lei. O de alteração do reajuste do salário é uma ignomínia. São três os itens desse 55. Dois pressupostos são urgência e interesse público, que viram balela. E os requisitos, como Segurança Nacional. O Executivo pode fazer qualquer coisa em nome da Segurança Nacional, a despeito da doutrina estabelecida pelo Supremo Tribunal. E o que resulta disso? A imposição da vontade de um pequeno grupo que pode estabelecer qualquer regra de conduta para a comunidade, de acordo com sua ótica e dos seus interesses de governo e de Estado.

“O Legislativo deve recuperar o poder de decidir.”

Hamilton Dias — Poder, pode, no sentido da prática ter sido esta. Mas não pode.

Ives Gandra — O Hamilton está tratando de questão relevante. A matéria não tem sido discutida a nível de veículo. Em matéria tributária o decreto-lei é respeitado pelo princípio da anterioridade. Mas não se tem discutido, no Judiciário, se o decreto-lei é o veículo hábil, jurídico e constitucional para ser utilizado pelo governo. Assim, não sabemos qual é a posição do Judiciário.

Hamilton Dias — Vou mais longe no que diz respeito às normas do Conselho Monetário Nacional. A administração deve respeitar a lei. Na prática, não respeita. Acho que esse é um tema interessante para debate.

Edvaldo Brito — Apenas tento colocar o problema. Acho que uma reforma constitucional se impõe, mas que ela dificilmente poderá ser promovida se não for convocada uma Constituinte. Acho também que o Legislativo deve recuperar o poder de decidir, atribuído ao presidente e ao Ministério do Planejamento. No plano político me parece urgente a descentralização do poder concentrado no Executivo federal. Sem isso será inviável a reforma tributária, pois ela beneficiaria os Estados de grande expressão política, social e econômica. Ao governo não interessaria promover a reforma que atribuiria grande poder político a esses Estados. Segundo, é preciso que se dê realidade à Federação, reconhecendo o direito das entidades integrantes de coordenar vocações regionais. Fui prefeito de Salvador, que tem um milhão e meio de habitantes, e recordo que tinha de comparecer de cuia na mão à EB-TU, ao DNER, para obter recursos de fundo de participação que a Constituição me atribuía sem condicionamentos. O planejamento centralizado é incompatível com a Federação e com a democracia? Não sei. Mas de qualquer forma é preciso que o Legislativo tenha poder normativo, para que a comunidade seja realmente representada. Concluo afirmando que o problema fundamental do

Brasil é institucional e que o mais urgente seria começar pela reforma do artigo 55 da Constituição, para tirar do Ministério do Planejamento o poder de legislar.

Geraldo Vidal — A Constituição é uma colcha de retalhos, é fantasiosa. Contribuiu para a utopia planificadora em que se transformou o Brasil, para o autoritarismo, para a paixão centralizadora, suposição de onisciência do grupo planejador, dimensionamento delirante das iniciativas públicas à margem da apreciação, da ponderação, do julgamento da capacidade nacional de investimento. A distribuição de recursos padecia de todos os males do processo de planejamento. E é ante tal situação que eu proporia a definição do planejamento admitido, com seus parâmetros. Quando o Estado se arroga o direito e o poder de participar amplamente da iniciativa econômica, é preciso que sua ação seja delimitada pela Constituição, com o estabelecimento das formas, grandezas e dimensões dessa participação no setor público. A Constituição também deveria tratar dos limites financeiros ao Estado no âmbito da dívida pública, do envidiamento do setor público, das operações do open-market, do sistema financeiro, do mercado de capitais, da disciplina no manejo da moeda, pois é por meio desse e de outros mecanismos que o governo tem drenado toda a poupança social para o setor financeiro. Quando toda a Nação está sendo estatizada, não faz sentido por em leilão umas tantas empresas pouco significativas. Ainda assim, digo que o problema político é fundamental numa nação como o Brasil, uma sociedade dividida por regiões ou se setores, mascarada de sociedade dividida em classes. São necessárias medidas constitucionais para a preservação da liberdade essencial, o mínimo de liberdade de que devem gozar essas regiões e setores. Os vícios fundamentais de que sofremos são econômicos e não financeiros, formas que o governo escolheu para instrumentar decisões econômicas incorretas. O exemplo do último pacote é claro — ele representa uma guinada violenta do governo em relação às práticas anteriores... No momento em que passa a manipular todos os índices, as pessoas que confiaram no governo depositando suas poupanças em carteira e que depois são objeto de manipulação, via mera portaria ou decisão de órgão administrativo, sofrem efetiva desapropriação por parte do governo. Essas pessoas são desapropriadas da parcela correspondente à efetiva perda de substância da moeda, em desrespeito, por parte do governo, à Constituição. Eu me pergunto se haveria legitimidade, constitucionalidade, legalidade nessas manipulações que são feitas ao arripio das garantias individuais e, no caso específico, das normas previstas para desapropriação. Embora insuficiente, a Constituição veda implicitamente as alterações representadas pelos pacotes. Vistas apenas sob o aspecto econômico — excluindo-se o jurídico —, chega-se à conclusão de que elas apenas agravaram a economia brasileira, pois teremos, em termos da lei de oferta e de procura, maior pressão sobre o sistema financeiro, pois a retirada de determinados tipos de papéis se processará com juros mais elevados para compensar a perda de substância da correção monetária do próprio sistema financeiro. Esses recursos irão para setores absolutamente inúteis para a economia: o dólar no paralelo e o ouro. E a pressão crescerá sobre o sistema, que já não tem condições de suportá-la. Em suma, o pacote leva à crise.

“Pagaremos caro a retomada do crescimento, em 84 ou 85.”

JT — E isso quando o ministro de Planejamento garantiu que a correção monetária e cambial caminhariam juntas. Um passa-moleque fundamental em quem acreditou nas palavras do ministro. Todos os que aplicaram fizeram uma análise prévia, com base na promessa do governo, e foram apanhados de surpresa, sem a menor possibilidade de defesa. Vamos supor que amanhã o governo decida amarrar a correção monetária na inflação. Não terá saída, pois se pagar a correção monetária plena, com 25% de juros, com 30%, que é o que o mercado financeiro está oferecendo agora, simplesmente ficará inviabilizado o próprio sistema financeiro. Uma armadilha sem retorno, em termos de dívida pública e de dolarização.

Ives Gandra — Não creio na aplicação do decreto correspondente à redução das mordomias e do déficit público. Acho que vamos ter maior escassez de dinheiro para o setor privado, um processo recessivo do único setor que ainda é capaz de gerar riqueza. Falando com minha experiência de advogado de empresas há 25 anos, afirmo que praticamente todos os clientes — multinationais, grandes, médios e pequenos — não planejam mais a longo nem a curto prazo. Apenas administram a crise. Em função dos casuísticos de que tratamos, o Brasil está sem projeto nacional para os próximos anos, estamos perdendo substância tecnológica em relação a outros países que se desenvolvem. Nem mesmo a atual balança comercial favorável resolve: a nível de dólar, nossa exportação é inferior às de 80 e 81. Estamos impedidos de importar, com consequências tecnológicas. A diferença, que tinha dimi-

nuido em termos de desenvolvimento, volta a aumentar. E pagaremos caro a retomada do processo em 84 ou 85.

JT — Dentro desse quadro, não marchamos para um fechamento do regime?

Ives Gandra — Não posso conceber, racionalmente, que num país paralisado há muito em decorrência da insegurança da política econômica comece a ser anunciado no início de junho um pacote cujas parcelas serão divulgadas até o dia 28, a três dias da virada do semestre, aumentando a insegurança absoluta do principal setor de poupança nacional, que é a caderneta. Já teria sido codificada uma retirada que, em termos modestos, corresponderia a Cr\$ 1,2 ou 1,5 trilhão. Os bancos já aumentaram substancialmente as taxas de juros para captar esses recursos. Ora, essa análise que fazemos deve ter sido feita dentro do governo. E quando se admite que o eventual candidato, o mais cotado, a julgar do que aparece na imprensa, é elemento intimamente vinculado aos dirigentes econômicos atuais, posso admitir, como hipótese de trabalho, que não está afastada a possibilidade de uma reversão institucional. Entendo que o presidente Quadredo não a deseja, mas a partir do quadro que se forma, num processo recessivo de crises sociais violentas, é perfeitamente admissível, para tristeza geral, que venha a ocorrer essa reversão que não desejo mas não posso excluir.

JT — Essas dificuldades com que o governo se defronta são ditadas pela necessidade de acertar contas com credores. Naturalmente o governo preferiria ficar com a inflação terrível, fazendo demagogia, alisando a cabeça dos poupadores. Mas agora tem de ajustar os parafusos internos, pois sofre pressões externas. Nesse caso, uma reversão institucional romperia de vez o diálogo entre eles e os credores brasileiros.

Ives Gandra — Nesse particular também me parece que houve erro estratégico. A partir da possibilidade de alguns grandes bancos norte-americanos não virem a suportar uma oferta aos devedores e a partir da reunião do FMI em setembro, havia a possibilidade, com a formação efetiva de uma oferta de devedores, de se ter uma capacidade de negociação muito maior.

JT — O México...

Ives Gandra — O México tinha criado estruturas de que carecemos para enfrentar uma moratória unilateral. Foi um desastre, pois, à medida que o tempo decorre fica cada vez menor nossa capacidade de impor uma determinada política a nível internacional. Menor que foi em novembro e dezembro, pois já estão sendo criados mecanismos de superação. Fiquei satisfeito ao ter notícia da recuperação nos EUA. Mas os benefícios que ela trará são relativos, dado o índice altíssimo de desemprego e déficit do Tesouro neste exercício, que corresponde a duas vezes a dívida brasileira. Assim, esta já não é uma dívida que poderia provocar um colapso financeiro mundial, como teria acontecido em caso de união de todos os devedores. Ainda assim, contamos ainda com certa capacidade de barganha. Estou convencido de que o erro não foi ter deixado de promover uma moratória unilateral, mas ter deixado de forçar acordos entre os devedores, o que reforçaria nosso poder de barganha. Isso foi compreendido pelo sistema financeiro internacional, que reagiu imediatamente. Mas os devedores excluíram essa saída, pois é mais fácil negociar separadamente do que em bloco. Agora, ficamos na dependência de muitíssimas negociações. Teríamos elementos que poderiam negociar com muita autoridade e confiabilidade, cuja ausência, em minha opinião, é o que mais preocupa o FMI. Se o sistema financeiro internacional depositasse maior confiança nos administradores da política econômica nossa capacidade de barganha cresceria, seria possível uma moratória com prazo de carência. Depois de quatro anos de fracassos sucessivos, a mesma equipe não virá a criar outros quatro anos de fracassos sucessivos? É o grande impasse em que estamos.

“A dívida do Brasil já não é capaz de provocar um colapso mundial.”

Cezar Saldanha Sousa Junior — Crítica-se a posição econômica do governo, a utilização de medidas ilegais, inconstitucionais, notamos que a ordem econômico-social não vem sendo respeitada e chegamos ao problema da Constituição. Esta, basicamente, é um conjunto de normas que regulam o método de participação e de formação das opiniões na comunidade, de consolidação de projetos alternativos. Quando determinadas normas são colocadas sobre a ordem econômico-social, o objetivo não é fazer com que sejam cumpridas, mas balizar um mínimo de consenso substancial, além do método que está na própria Constituição, para estabelecer que ela pode ter medidas mais socialistas ou mais conservadoras, fazer com que as normas sejam cumpridas.

Geraldo Vidal — Para mim, a Constituição não é nada disso. É uma definição de metas essenciais e permanentes, de equilíbrio de poder e nada mais.

Edvaldo Brito — Saldanha, a Constituição que você chama de social não pode ser simplesmente um estatuto político. Nem se trata da dicotomia entre normas essencialmente constitucionais ou materialmente constitucionais e normas formalmente constitucionais, pois hoje tudo o que sai de uma Constituição de Estado parlamentarista é constitucional. Ela não deve ser um mero programa. Por isso, estou de acordo com o Geraldo.

Saldanha — Não me espanta essa reação, pois minha posição aparentemente fere algumas conclusões geralmente admitidas em direito constitucional. Qual será a função das normas estabelecidas na ordem econômica e social? Criar um certo quadro de metas, de metas-programas, que permita a partidos socialistas e partidos conservadores terem políticas alternativas. Vejam a Constituição portuguesa, que estabelece que Portugal será um Estado sem classes e ali cria um regime socialista. Mas este, no fundo, não é praticado. É a mesma crítica que fazemos às declarações pertinentes à livre empresa em nossa Constituição. A Constituição é um conjunto de regras do processo político e aqui faço uma segunda provocação. É o que falta no Brasil. Combatemos o governo, criticamos duramente as estatais e volto a observar que a primeira vítima da situação econômica, da crise brasileira, é o próprio governo. Eu absolveria essa equipe atual de governo.

Edvaldo Brito — Também admito que são prisioneiros do mito que criaram.

Cezar Saldanha Sousa Junior — Não foi o governo que o criou. Precisamos transcender isso. A primeira vítima foi o Delfim Neto. A guinada de agosto a dezembro de 79 foi crucial, mas se o Brasil tivesse na época instituições adequadas, se tivéssemos no poder um partido conservador como o de Margaret Thatcher, se o Simonsen fosse o primeiro-ministro de um governo conservador, haveria uma opinião sedimentada. Os empresários sabem que a situação está difícil. Tratar-se-ia, portanto, de criar um governo conservador, pois ruim com conservador, pior ainda com governo socialista. Seria uma conjugação de interesses. Se houvesse instituições adequadas não teríamos saído do senhor Simonsen para o senhor Delfim, até hoje o Simonsen estaria aplicando uma política mais monetarista, mais limitada. Ao sair, o Simonsen já se sentia fraco, carecia de respaldo...